

Crédito só após a lei salarial ser aprovada

WASHINGTON — O embaixador José Botafogo Gonçalves, chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Planejamento, disse ontem não ter “dúvida de que a nova política salarial do governo seja aprovada pelo Congresso Nacional”.

“É a menos drástica das medidas capazes de levar a um reajuste adequado da economia brasileira”, enfatizou Botafogo Gonçalves, que passou a semana em Washington, basicamente negociando a aceleração dos desembolsos de empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O alto assessor do ministro Delfim Netto disse que o Brasil é o País que está “fazendo o reajuste com o menor custo social”. “Essa a razão pela qual o FMI até criou caso”, observou, a propósito das difíceis negociações com os peritos da instituição que estiveram no País até recentemente e continuam examinando os números de sua economia em Washington. Botafogo Gonçalves disse que Argentina, Chile e México estão sofrendo mais que o Brasil.

Ontem, o diplomata assinou um acordo de cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, pelo qual a instituição doa ao Brasil o equivalente a US\$ 18 milhões em cruzeiros, em apoio a atividades de promoção do desenvolvimento nas áreas de baixa renda, especialmente no Nordeste. O dinheiro é de fato dos Estados Unidos e provém de um fundo especial administrado pelo BID. Ao discursar durante a cerimônia, o embaixador brasileiro enalteceu o desempenho do BID “como promotor de soluções mais flexíveis e mais propícias a um país em desenvolvimento”. O presidente do organismo, Antonio Ortiz Mena, respondeu que seu banco segue “com atenção a luta do Brasil para consolidar sua situação de país desenvolvido”, que, “nos últimos 20 anos, fez um monumental esforço, digno de ser observado e apoiado”. A cerimônia foi simples e só estavam presentes, além dos dois, o diretor-executivo do Brasil no BID, Luiz Barbosa; o diretor de Operações, Norman Jones, e dois funcionários da embaixada brasileira.

A confiança com que Botafogo Gonçalves diz aguardar a aprovação do projeto salarial do governo pelo Congresso parece ser diretamente proporcional à ansiedade com que autoridades e bancos internacionais acompanham a evolução dos debates no Brasil. A esperança do presidente do Banco

Central, Carlos Langoni, de que poderia convencer os bancos a liberarem seus empréstimos antes do FMI, aparentemente naufragou. Os bancos, assim como o FMI, estão escaldados depois dos desvios cometidos pelo Brasil no primeiro semestre e, agora, estão preparados para aguardar a conclusão dos entendimentos do governo com o restante da sociedade brasileira.

Assim, os dados iniciais indicam que há muito tempo pela frente até que o Brasil receba as novas parcelas dos empréstimos do FMI e dos bancos. Após a leitura do decreto do governo reduzindo a correção salarial, o Congresso ainda terá 60 dias para decidir.

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, numa conversa com jornalistas norte-americanos, anteontem, disse que “o ponto crucial é o empréstimo do FMI, porque sem ele os bancos não estarão dispostos a colocar mais dinheiro (no País) e isso, aliás, mostra o papel-chave que o FMI representa em todo esse negócio”.

“O FMI está insistindo nas suas condições para liberar o empréstimo”, disse Regan. “Agora, elas (as condições) foram preenchidas pelos brasileiros, pelo menos na palavra, e esperamos que logo o serão de fato.”

Regan disse corretamente aos jornalistas que, se o Congresso brasileiro não agir, o decreto se transforma em lei por decurso de prazo. Mas isso significaria esperar por uma definição pelo menos até o final de setembro e, mais provavelmente, até meados de outubro. Botafogo Gonçalves julga quase impossível que, diante da pobreza de alternativas do País, mesmo grupos oposicionistas não compreendam a importância de acelerar o processo.

“Pelo menos as crises são didáticas”, comentou filosoficamente o chefe da Área Externa da Seplan, querendo dizer, com isso, que o Brasil aprendeu muito nos últimos meses, e uma das coisas que aprendeu foi como se desvencilhar de seus próprios entraves burocráticos. Por exemplo, contou, entre a assinatura de um projeto de empréstimo do Banco Mundial ou do BID e a efetivação do uso inicial dos recursos passavam meses, até um semestre inteiro. “Eliminamos muitas etapas e, agora, vamos fazer isso em oito a dez dias. Entrado o dinheiro, vai direto para o executor do projeto. Antes, a papelada percorria os ministérios responsáveis e recebia pareceres de pessoas que nada tinham a ver com o projeto.”

(A.M.P.N.)